

Mulheres na pós-graduação: conquistas e desafios à equidade¹

Pamella CARVALHO²
Daniela AUAD³

RESUMO

Com base na Plataforma Sucupira, gerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é possível notar as transformações pelas quais passou o Ensino Superior no Brasil, tão significativas nas últimas décadas. A partir do olhar das autoras do presente texto, se destaca especialmente o aumento no número de mulheres matriculadas em programas de pós-graduação. Partindo dessa informação, as autoras deste estudo têm como objetivo analisar dados entre os anos de 2013 e 2022, seja quanto às variações nas taxas de ingresso de mulheres em cursos de mestrado e doutorado nas 5 regiões do país, seja no que se refere ao acesso delas às áreas historicamente dominados pelos homens, tais como Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Engenharias. Desta maneira, as autoras pretendem traçar uma linha do tempo dos ingressos e questionar se há aumento ou diminuição estatisticamente significantes nessas áreas. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a seleção das variáveis e, na consideração das categorias, as autoras adotaram a perspectiva feminista e os estudos de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Justiça. Pós-graduação.

¹ O presente artigo foi apresentado em uma outra e inicial versão, na décima terceira edição do Congresso Internacional Fazendo Gênero, em 2024.

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba (PPGED/UFSCar-So). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2184-4504>

Email: pamcarolina@hotmail.com

³ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Professora Titular, docente no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba (PPGED/UFSCar-So). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9805-1708?lang=en>

Email: auad.daniela@gmail.com

Women in postgraduate studies: achievements and challenges to equity

Pamella CARVALHO
Daniela AUAD

ABSTRACT

Based on the Sucupira Platform, managed by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), it is known that Higher Education in Brazil has undergone significant transformations in recent decades, especially with the increase in the number of women enrolled in postgraduate programs -graduation. Based on this information, this study aims to analyze the evolution between the years 2013 and 2022 of variations in the entry rates of women in master's and doctoral courses in the 5 regions of the country, as well as their access to areas historically dominated by men.: Exact and Earth Sciences, Agricultural Sciences and Engineering. The aim is to draw a timeline of income and question whether there is a statistically significant increase or decrease in these areas. The methodology used for data collection was the selection of variables and the consideration of categories, the feminist perspective of the gender scholars who signed this text.

KEYWORDS: Education. Gender. Justice. Postgraduate.

Mujeres en el posgrado: logros y desafíos para la equidad

Pamella CARVALHO
Daniela AUAD

RESUMEN

A partir de la Plataforma Sucupira, gestionada por la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES), se sabe que la Educación Superior en Brasil ha experimentado importantes transformaciones en las últimas décadas, especialmente con el aumento del número de mujeres matriculadas en programas de posgrado. -graduación. A partir de esta información, este estudio tiene como objetivo analizar la evolución entre los años 2013 y 2022 de las variaciones en las tasas de ingreso de mujeres a carreras de maestría y doctorado en las 5 regiones del país, así como su acceso a áreas históricamente dominadas por hombres.: Ciencias Exactas y de la Tierra, Ciencias e Ingenierías Agrícolas. El objetivo es trazar una línea temporal de los ingresos y cuestionar si hay un aumento o una disminución estadísticamente significativa en estas áreas. La metodología utilizada para la recolección de datos fue la selección de variables y la consideración de categorías, la perspectiva feminista de las académicas de género que firmaron este texto.

PALABRAS CLAVE: Educación. Género. Justicia. Graduado.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar um novo recorte de pesquisa em andamento. Esta utiliza dados públicos disponibilizados na plataforma Sucupira, gerida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com esses dados, é possível realizar uma análise criteriosa sobre o acesso de mulheres aos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, ao longo dos últimos 10 anos (2013 a 2022).

Abordaremos, na pesquisa como um todo, a distribuição de discentes e ingressantes mulheres por regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, Norte); o acesso de mulheres e de discentes ingressantes do gênero feminino em áreas exploradas tradicionalmente por homens; a análise das avaliações e notas de programas de pós-graduação de diferentes universidades e suas respectivas áreas de estudo, incluindo os dados detalhados sobre a qualidade dos programas. Para o presente artigo, foram considerados dois tópicos, a saber: os números de acesso de mulheres separados por região; e os números de acesso de mulheres nas grandes áreas das Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, e Engenharias.

A seleção das variáveis foi realizada exclusivamente pelas pesquisadoras, a partir tanto dos seus referenciais teóricos, acadêmicos e militantes, quanto das suas identidades e categorias que, historicamente, são constituintes das experiências e vivências das mulheres, feministas, pesquisadoras, estudiosas, mães, trabalhadoras, professoras e tantas outras que somos e ainda poderemos ser. Ao lado disso, há de se destacar que parte da metodologia utilizada para a coleta de dados teve consultoria de profissional estatístico, por se tratar de informações em larga escala.

Destacamos que os dados foram coletados ao longo de 2024, tendo sido analisados de modo a considerar os Estudos Feministas, a Educação e as Relações de Gênero, bem como as questões atinentes aos Feminismos e Mulheridades na Universidade. Esses termos citados são percebidos pelas autoras do presente artigo como temáticas que organizam suas incursões no campo de pesquisa, suas práticas pedagógicas, no Ensino Superior, e suas ações de extensão no âmbito do Observatório Mulheres da Universidade Federal de São Carlos, criado em 2024, como projeto de Extensão, e implantado, em 2025, como uma das unidades da Reitoria; uma instância multicampi da Administração Superior, na e a partir da qual mulheres discentes, docentes, técnicas administrativas e das comunidades compõe uma coletividade em rede, pelo interior do Estado de São Paulo, e também na capital. Os dados aqui coletados e analisados também servirão de fundamento para ações desta construção que é fruto das relações entre os saberes acadêmicos e os conhecimentos dos movimentos

sociais. As autoras deste artigo e do dossiê no qual este texto está inserido fazem parte desta coletividade do Observatório Mulheres⁴.

Desenvolvimento

Apesar de conquistas notáveis nas últimas décadas, como o aumento significativo do número de mulheres matriculadas em programas de mestrado e doutorado, as barreiras estruturais que limitam o pleno desenvolvimento de suas carreiras acadêmicas e científicas ainda são profundas e desafiadoras. Nas últimas décadas, podemos afirmar que o Ensino Superior no Brasil passou por mudanças significativas, principalmente no que tange à inclusão de mulheres em programas de pós-graduação. Essa afirmação se dá através da análise dos dados da Plataforma Sucupira, que revela um aumento considerável no número de mulheres matriculadas em programas de mestrado e doutorado. Este estudo, portanto, objetiva analisar precipuamente a evolução e as diferenças nas taxas de ingresso de mulheres em programas de mestrado e doutorado em diferentes regiões do Brasil, no período de 2013 a 2022, e concomitantemente avaliar se esse ingresso está ocorrendo de forma orgânica nas áreas de conhecimento acima listadas.

Considerando a importância de avaliar e reavaliar sistematicamente as noções históricas tradicionais, de modo a passar a incluir as experiências das mulheres, ousamos enfatizar que acreditamos na necessidade de integrar as perspectivas femininas nas narrativas históricas, o que consequentemente corrobora com o objetivo do presente artigo, que aborda transformações nas taxas de ingresso de mulheres em programas de pós no Brasil. Nas palavras da autora Joan Scott, em seu artigo intitulado Gênero: uma categoria útil de análise histórica:

Nós estamos aprendendo que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é demais dizer que ainda que as tentativas iniciais tenham sido hesitantes, uma tal metodologia implica não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história (Scott, 1990, p.72).

Indo um pouco mais além, os estudos da autora abrangem tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas; suas reflexões apontam para a necessidade de uma abordagem abrangente que considere todos os aspectos da vida das mulheres. Este artigo, portanto, adota essa perspectiva, ao considerar não apenas as estatísticas de ingresso, mas também os contextos regionais dos Programas de Pós-graduação. Da mesma maneira, determinados fatores

⁴ Para mais informações, consultar <https://www.observatoriomulheres.ufscar.br/>.

Mulheres na pós: conquistas e desafios à equidade.

foram avaliados para identificação das diferenças regionais, que influenciam ou não as oportunidades e as experiências das mulheres na educação superior.

Além disso, a citação do texto de Scott sublinha a necessidade de uma "nova história" que inclui as mulheres de maneira significativa. Para tal, há de se colocar foco também no tempo presente, de modo que este estudo documenta a presença crescente das mulheres na pós-graduação, bem como questiona se esse aumento está ocorrendo em programas com maior prestígio e recursos, e/ou em áreas tradicionalmente dominadas por homens. Ao fazer isso, objetivamos também contribuir para uma compreensão mais profunda e equitativa das transformações do ensino superior no Brasil, alinhando nossa visão, como pesquisadoras e autoras do presente texto, com a perspectiva de Joan Scott (1995). Esta perspectiva corresponde à noção histórica que se reconstrói a partir de critérios de justiça, visibilidade e inclusão de grupos minoritários, do ponto de vista da justiça social. Além disso, ao alinharmos os desafios estruturais e culturais, quando analisamos as áreas tradicionalmente ocupadas por homens, podemos refletir sobre como as mulheres têm se posicionado nesses campos. Essa análise reforça a importância de políticas de incentivo à equidade de gênero também no Ensino Superior e, como um todo, na Universidade.

Este estudo busca, portanto, não apenas registrar a participação feminina nas pós-graduações, mas também contribuir para novos tempos e uma nova história da educação superior no Brasil, que reconheça e valorize as contribuições das mulheres. Desta maneira, o estudo detalha a presença crescente de mulheres nos programas de pós-graduação, fornecendo dados quantitativos que ilustram essa tendência, além de permitir uma compreensão diferenciada dos processos que se desdobram a partir do maior ingresso de mulheres nesse nível e modalidade de ensino.

Pretendemos também observar, se quanto áreas como ciências humanas e biológicas têm uma alta representação feminina, as chamadas "ciências duras" (como a computação, física e engenharia) permanecem sendo majoritariamente ocupadas por homens. Os resultados obtidos com a análise dos dados disponíveis na Plataforma Sucupira, podem refletir padrões culturais e históricos que associam determinadas áreas de conhecimento às mulheres, como as relacionadas ao cuidado, enquanto reservam os campos tecnológicos e exatos aos homens.

Para além dessas contribuições, os conceitos desdobrados neste estudo poderão contribuir para a construção de conceitos e suas respectivas definições, as quais vem sendo parte do foco das pesquisas do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos, no qual estão inseridas as pesquisas das autoras deste texto.

Resultados por região

Destacamos uma informação histórica relevante, na perspectiva de Bolzani (2017), o ponto de equilíbrio numérico quanto ao gênero dos pesquisadores registrados no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) foi atingido em 2010, quando os 128,6 mil pesquisadores relacionados na base de dados estavam divididos equilibradamente entre homens e mulheres, então vejamos.

Uma primeira apresentação de dados se faz necessária para ressaltar os primeiros passos desse trabalho. Segundo dados do Censo 2022, o Brasil conta hoje com uma população de 203.080.756 (duzentos e três milhões, oitenta mil e setecentos e cinquenta e seis pessoas). Segundo a agência de notícias do IBGE, em 2010, quando foram apresentados os penúltimos dados censitários, tínhamos cerca de 12.306.713 (doze milhões trezentas e seis mil e setecentas e treze pessoas) a menos, demonstrando que nesses últimos 12 anos, tivemos um crescimento anual, porém, bem menos veloz do que nos anos anteriores.

Outros dados relevantes, retirados do portal da plataforma Sucupira, dizem respeito exatamente a quantidade de alunos matriculados nos programas de Pós-graduação no Brasil. Em 2013 tínhamos um total de 271.502 (duzentos e setenta e um mil quinhentos e dois) discentes matriculados nesses programas, ao passo que em 2022 chegamos ao patamar de 355.252 (trezentos e cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta e dois) matriculados, um aumento de 30,85%.

Ao voltarmos nossos olhos para o número de mulheres, tínhamos em 2013, um total de 145.939 (cento e quarenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove) mulheres matriculadas nesse nível de ensino, chegando em 2022 ao número de 194.576 (cento e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e nove), um aumento significativo de 33,33% de discentes devidamente matriculadas. Ao passar para a análise dos dados referentes às regiões brasileiras outros tantos dados se revelam, de modo a expressar a potencialidade da pesquisa doutoral em realização.

A análise dos dados da região Sul revela um crescimento constante no número de discentes ao longo dos anos. Em 2013, o número total de discentes era de 54.515 (cinquenta e quatro mil quinhentos e quinze), dos quais 30.546 (trinta mil quinhentos e quarenta e seis) eram mulheres. Em 2022, o número total de discentes subiu para 73.656 (setenta e três mil, seiscentos e cinquenta e seis), com as mulheres representando uma parcela significativa deste total, chegando a 42.296 (quarenta e duas mil duzentos e noventa e seis) mulheres. Quando consideramos esses números em forma de porcentagem, verificamos que a Região Sul, no período em análise, comportou um aumento de 0,65% no número total de discentes enquanto a porcentagem de mulheres com acesso a esse nível de ensino

Mulheres na pós: conquistas e desafios à equidade.

aumentou significativamente em 1,39%. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, observamos um crescimento similar.

Na região Nordeste, o número total de discentes passou de 46.235 (quarenta e seis mil duzentos e trinta e cinco) em 2013 para 68.230 (sessenta e oito mil duzentos e trinta) em 2022. A participação feminina também aumentou, refletindo uma tendência nacional de maior inclusão das mulheres na pós-graduação, indo de 25.168 (vinte e cinco mil cento e sessenta e oito) para 37.995 (trinta e sete mil novecentos e noventa e cinco).

Quanto a região Centro-Oeste, percebemos um crescimento moderado, com o número total de discentes aumentando de 18.457 (dezoito mil quatrocentos e cinquenta e sete) em 2013 para 27.491 (vinte e sete mil quatrocentos e noventa e um) em 2022. As mulheres também mostraram um aumento proporcional, indicando uma inclusão crescente, indo de 10.334 (dez mil trezentos e trinta e quatro) para 15.736 (quinze mil setecentos e trinta e seis)

O crescimento percentual das mulheres na região Nordeste bem como na Centro-Oeste foram de exatos 1,25%, expressão essa também que pode ser considerada significativa.

A análise da região Norte, que possui o menor número de discentes entre as regiões analisadas, também apresentou crescimento. Em 2013, eram 9.774 (nove mil setecentos e setenta e quatro) discentes, subindo para 18.509 (dezoito mil quinhentos e nove) em 2022. Quando realizada a análise do número de mulheres, notamos um salto de 5.306 (cinco mil trezentas e seis) mulheres em 2013, para 10.537 (dez mil quinhentas e trinta e sete) em 2022, demonstrando o aumento de 2,64% no número de mulheres estudantes da pós-graduação, o maior aumento percentual entre as 5 regiões. Esse aumento é significativamente relevante e demonstra que mesmo com um aumento geral na quantidade de discentes da região, o ingresso de mulheres foi muito maior que o de homens.

Por fim, a região Sudeste, que historicamente concentra a maior parte dos Programas de Pós-graduação no Brasil, também mostrou um aumento no número total de discentes mulheres, porém esse aumento quando analisado em formato de porcentagens foi praticamente invisível, sobretudo em comparação às demais regiões. Em 2013, eram 142.521 (centro e quarenta e dois mil quinhentos e vinte e um) discentes, com 74.585 (setenta e quatro mil quinhentos e oitenta e cinco) mulheres. Este número cresceu para 167.366 (cento e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e seis) discentes em 2022, com as mulheres continuando a representar uma parcela considerável de 88.012 (oitenta e oito mil e doze) mulheres.

CARVALHO; AUAD

Uma análise sobre a região Sudeste revela que, entre todas as regiões do Brasil, esta é a única que apresenta uma quantidade percentual de alunas inferior à quantidade total de discentes do país. Isso significa que, em todas as outras regiões, o percentual de mulheres está acima da média nacional.

Os dados mostram que, ao longo dos anos, houve um aumento significativo nas taxas de ingresso de mulheres nos programas de mestrado e doutorado em 4 das 5 regiões analisadas. Esse aumento foi particularmente acentuado na região Norte, com 2,64% de aumento, seguido da região Sul, com 1,39% em sequência as regiões Centro-Oeste e Nordeste, com 1,25%. Por fim, a região Sudeste foi a única que não teve crescimento significativo e estatisticamente relevante no número de mulheres discentes nos Programas de Pós-graduação.

Resultados por grande área

Um próximo nível de análise nos traz o número de discentes separados por grande área, de forma que uma verificação inicial se faz necessária para que possamos discutir os resultados apresentados. Inicialmente uma informação relevante é assimilarmos quais são os cursos que compõem cada área em questão. De acordo com a CAPES, a área de Ciências Exatas e da Terra é composta pelos cursos de Astronomia e Física, Computação, Geociências, Matemática e Química. Quando falamos das Ciências Agrárias temos os cursos de Ciência de Alimentos, Ciências Agrárias, Medicina Veterinária e Zootecnia/Recursos pesqueiros. Além dessas temos as engenharias que são a civil, elétrica, mecânica, de produção, de software, de computação, dentre outras.

Importante destacar que essas áreas foram escolhidas para a análise no presente trabalho devido a sua alta concentração de matrículas de homens, por serem tradicionalmente considerados ramos em que os homens se sobressaem, naturalmente.

Em 2013, havia 29.522 (vinte e nove mil quinhentos e vinte e dois) alunos matriculados nas Ciências Agrárias, 27.084 (vinte e sete mil e oitenta e quatro) matriculados em Ciências Exatas e da Terra, e 34.354 (trinta e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro) matriculados em Engenharias, perfazendo um total de 90.960 (noventa mil novecentos e sessenta) alunos. Desse total podemos destacar a quantidade de mulheres matriculadas nessas grandes áreas de conhecimento sendo: 16.475 (dezesseis mil quatrocentos e setenta e cinco), 9.070 (nove mil e setenta) e 11.341 (onze mil trezentos e quarenta e um), respectivamente, perfazendo um total de 36.886 (trinta e seis mil oitocentos e oitenta e seis) alunas, o que pode ser considerado como 40,55%.

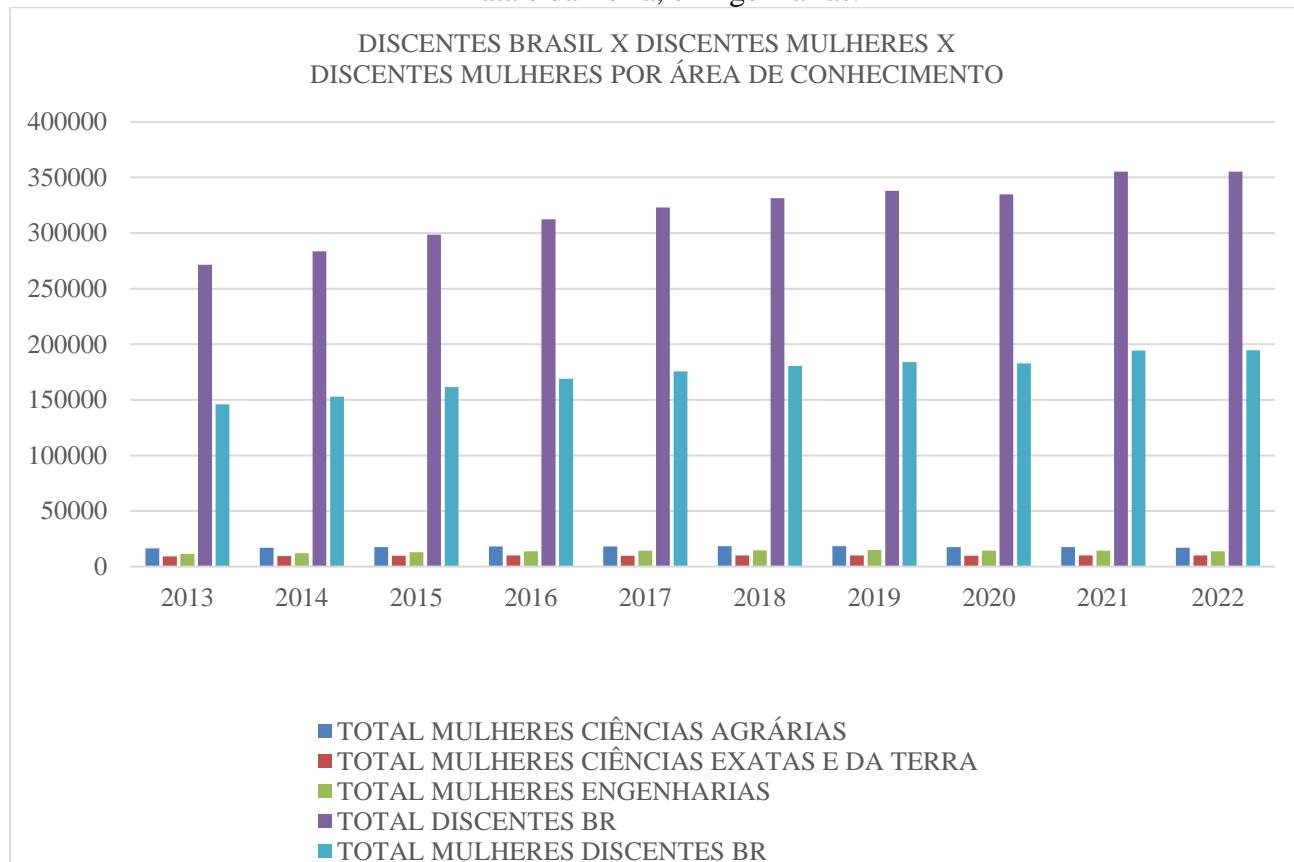
Analizando os dados apresentados em 2022, 10 anos depois, o cenário se transforma em alguns pontos relevantes. Enquanto o número de matriculados na grande área de Ciências Agrárias

Mulheres na pós: conquistas e desafios à equidade.

reduz para 28.458 (vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e oito), o número de matriculados em Ciências Exatas e da Terra, aumenta para 30.566 (trinta mil quinhentos e sessenta e seis), e ainda maior o crescimento apresentado pelas Engenharias, que corresponde a 39.807 (trinta e nove mil oitocentos e sete) discentes. Chegando a um total de 98.831 (noventa e oito mil oitocentos e trinta e um) alunas. Ao analisarmos os números de mulheres, temos um total de 39.047 (trinta e nove mil e quarenta e sete), sendo 16.838 (dezesseis mil oitocentos e trinta e oito) matriculadas em Ciências Agrárias, 9.936 (nove mil novecentos e trinta e seis) em Ciências Exatas e da Terra, e 13.862 (treze mil oitocentos e sessenta e dois) em Engenharias. Dessa forma, chegando ao percentual de 39,87% do total de alunos matriculados nessas 3 áreas de conhecimento.

Vejamos no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Comparativo entre número de discentes matriculados em pós-graduação nos últimos 10 anos, discentes mulheres, e discentes mulheres nos cursos de Ciências Agrárias, Ciências Exata e da Terra, e Engenharias.



Fonte: Realizado pelas autoras.

Seria o caso de uma reflexão imediata de que todas as grandes áreas tiveram um crescimento significativo de matrículas totais e também de mulheres, porém, quando avaliamos na forma de

CARVALHO; AUAD

estatística, para que efetivamente fique comprovado o aumento ou diminuição real de matriculados nessas áreas, temos uma situação bastante peculiar. Todas essas 3 áreas tiveram uma redução estatisticamente significante de matriculados. A avaliação realizada resulta, portanto, nos seguintes indicadores: na grande área de Ciências Agrárias temos uma redução significante de 2,86%, e de 2,64% de mulheres; na grande área de Ciência Exatas e da Terra, temos também uma redução significante de 1,37%, e quando observamos as mulheres, uma diminuição de 1,11%; e, por fim, a área de Engenharias, com uma redução de matriculados de 1,45% e também de 0,65% de mulheres.

Não podemos deixar de elucidar que diferentemente dessas três grandes áreas escolhidas para estudo e análise no presente trabalho – quais sejam: Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra e Engenharias – em outras áreas, temos exatamente o contrário do que se observou nesse estudo até aqui. Um exemplo interessante, e que pode ser utilizado para ilustrar a situação, é o aumento estatisticamente significante do acesso de mulheres nas seguintes áreas por nós observadas: Ciências Humanas, e Ciências Sociais aplicadas, além de Linguística, Letras e Artes, bem como a área denominada Multidisciplinar. Concluímos, portanto, que não só há uma diminuição do acesso de mulheres nas áreas em destaque, tradicionalmente ocupadas pelos homens, mas há uma migração natural para as outras áreas, tanto pelos homens quanto pelas mulheres.

Ao avaliarmos os resultados obtidos com a análise dos dados compilados na plataforma CAPES, notadamente observamos que mesmo num momento inicial quando verificamos o aumento de números de matriculados, não necessariamente esse número representa um aumento significativo de acesso, sendo necessárias essa análise estatística para que possamos efetivamente entender e mensurar números de acesso de mulheres no ensino superior, no nível de ensino ora estudado.

Fazendo um segundo passo em direção à análise proposta, apresentamos os números de mulheres ingressantes relacionadas e separadas por grande área de conhecimento, ou seja: analisaremos se, uma vez identificada essa totalidade de diminuição significativa de acesso de mulheres nessas 3 grandes áreas, como percebemos essa situação ao realizarmos os estudos baseados no número de ingressantes.

Desta análise, observamos, de forma equivalente, que há em todas as 3 áreas uma redução também estatisticamente significante do número de ingressantes resultando em 2,45% de redução na área de Ciências Agrárias; 1,71% de redução na área de Ciências Exatas e da Terra; e 2,83% de redução nas Engenharias. Em 2013, havia 9.015 (nove mil e quinze) ingressantes na área de Ciências Agrárias, ingressando em 2022 apenas 6.851 (seis mil oitocentos e cinquenta e um), desses, 5.042 (cinco mil e quarenta e dois) eram mulheres, e em 2022, apenas 4.046 (quatro mil e quarenta e seis).

Mulheres na pós: conquistas e desafios à equidade.

Nas Ciências Exatas e da Terra, em 2013 foram 2.694 (dois mil seiscentos e noventa e quatro) mulheres ingressantes e em 2022, tivemos 2.081 (dois mil e oitenta e um); e, por fim, nas Engenharias o número desceu de 3.417 (três mil quatrocentos e dezessete) para 3.663 (três mil seiscentos e sessenta e três) mulheres ingressantes nos respectivos cursos.

Ao levar em consideração os dados apresentados acima, podemos perceber que existem áreas que possuem maiores e menores concentração de mulheres. As 4 áreas que tiveram crescimento significativo de acesso de mulheres nos últimos 10 anos foram: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e, Multidisciplinar. Atualmente, o maior número de mulheres está concentrado na área de Ciências Humanas, sendo 37.177 (trinta e sete mil cento e setenta e sete) matriculadas, com crescimento significativo de 0,67% nos últimos 10 anos. A segunda área de conhecimento que tem o maior número de mulheres matriculadas é a Multidisciplinar que possui 26.307 (vinte e seis mil trezentos e sete) matrículas e teve um crescimento exponencial de 4,08% no mesmo período. Consideramos estes como um resultado importante ao analisarmos o acesso de mulheres nesse nível de ensino. As duas últimas áreas possuem 24.594 (vinte e quatro mil quinhentos e noventa e quatro) mulheres e 15.864 (quinze mil oitocentos e sessenta e quatro) com um aumento significativo de 2,06% e 0,28%, respectivamente, e são elas a Ciências Sociais Aplicadas e a Linguística.

Discussão

Os resultados acima podem sugerir que as políticas de inclusão e expansão do ensino superior têm sido eficazes em se tratando de aumentar a participação feminina na pós-graduação. No entanto, as disparidades regionais ainda representam um desafio, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Os resultados deste estudo não apenas mostram um aumento no número de mulheres ingressantes em Programas de Pós-graduação em todas as regiões do Brasil, mas também indicam um avanço significativo na promoção da equidade de gênero no ensino superior, em algumas áreas. Notamos também que os números referentes às matrículas por área de conhecimento – ao considerarmos especificamente as áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e as Engenharias – demonstram que, apesar de se tratar de *stricto sensu*, observamos uma diminuição das matrículas nas áreas já tradicionalmente ocupada por homens. Também observamos um número significante de mulheres com acesso ao nível de ensino em questão.

Ao estudarmos a obra de Lombardi (2024) podemos verificar alguns pontos que explicam historicamente o acesso predominantemente masculino aos cursos de Engenharia, por exemplo:

CARVALHO; AUAD

Em primeiro lugar, no Brasil, as engenharias estiveram associadas no nascedouro a escolas militares, e o acesso de civis a essas carreiras só ocorreu da metade do século XIX para frente. Assumir a modalidade militar implicava uma recusa formal à entrada de mulheres na profissão, e, além disso, a engenharia militar significava também a preparação de homens para postos de comando como oficiais. Em segundo lugar, a característica de comando de equipes de trabalhadores permaneceu na engenharia civil, mesmo quando sua origem militar estava esquecida, tornando-se mais uma razão para afastar as mulheres da profissão. Com o crescimento das cidades e o desenvolvimento da industrialização, alarga-se o campo de trabalho para os engenheiros: são requisitados para planejamento e infraestrutura urbana, planejamento, instalação e operação de indústrias de vários ramos e, a partir dos anos 1950 – com a chegada do capital estrangeiro e o aumento da participação dos setores mais modernos na atividade industrial –, em atividades de racionalização da produção e de administração. Aquela autora ressalta que o local em que se desenvolvem os trabalhos de engenharia influencia diretamente na presença feminina: nos relacionados à implantação de infraestrutura, que se dão “a céu aberto”, a presença de mulheres é rara, ao passo que é mais consistente naqueles trabalhos relacionados à industrialização, que ocorrem “intramuros” (Lombardi, 2024, p.69).

Essa crescente das mulheres na pós-graduação pode indicar um passo importante na direção da tríade de conceitos que as autoras do presente texto vêm tecendo, ao lado de outras pesquisadoras do mesmo grupo de pesquisa, do qual todas fazem parte. No Grupo Educação, Comunicação e Feminismos, hoje sediado na UFSCar-So, tem se colocado de modo marcante a tríade das justiças acadêmica, epistêmica e científica. Além do que apresentamos no presente artigo e do que há na tese em etapa de redação, damos notícias iniciais sobre essa tecitura no livro *Saberes Docentes Fora do Armário: educação como território de resistência* (Auad; Roseno, Lahni; 2022).

A tríade de justiças que vem sendo delineada pretende contemplar conceitos e suas respectivas definições, a saber: acadêmica, epistêmica e científica. Estas expressam as múltiplas camadas de barreiras que nós, mulheres, tivemos de enfrentar tradicionalmente e que ainda se apresentam como significativos obstáculos ao acesso na educação superior. São constituintes desses desafios: os modelos tradicionais de gênero, as desigualdades quanto à classe social, bem como as questões relacionadas à raça-ética, orientação sexual, geração, bem como outras especificidades, com e a partir das quais reconhecemos os fatores que, combinados, tanto constituem os sujeitos e suas subjetividades quanto podem ser importantes elementos para a composição e implantação de políticas educacionais para o ensino superior, bem como para todos os níveis e modalidades de ensino.

O aumento das mulheres na pós-graduação que nos chega por fonte legítima de coleta de dados das Programas de Pós-graduação, a Plataforma Sucupira, pode representar correção de desigualdades históricas. A partir disso – e ao mesmo tempo que realizamos a pesquisa aqui descrita – se colocam novas perguntas, novas pesquisas, novos cenários, com diferentes conjunturas.

A participação das mulheres na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil nos últimos 10 anos é um tema relevante e de grande importância para entender a educação no país. Compreender como a presença feminina tem se modificado ao longo do tempo nesse nível de ensino superior é fundamental para identificar possíveis desafios e oportunidades de crescimento. Por meio dessa pesquisa, buscamos analisar de forma abrangente e detalhada a realidade da presença feminina na pós-graduação, fornecendo subsídios sólidos através das análises estatísticas e refletindo sobre ações voltadas para a equidade de gênero no ambiente acadêmico.

A entrada e permanência das mulheres na pós-graduação *stricto sensu* reflete não apenas a busca por qualificação profissional, mas também a luta por igualdade de oportunidades e superação de barreiras históricas. Essa pesquisa se faz necessária diante do cenário de desigualdade de gênero ainda presente na sociedade, bem como da importância crescente da mulher no mercado de trabalho. Justificamos, portanto, a realização deste estudo para promover a reflexão, análise e tomada de ações concretas diante da realidade das mulheres quando e se acessam o nível de ensino aqui analisado.

Os objetivos desta pesquisa consistiram em analisar e compreender a se houve evolução da participação das mulheres nos programas de pós-graduação *stricto sensu* nos últimos 10 anos, identificar os principais desafios enfrentados por elas nesse contexto. Além disso, fica evidenciada a importância da presença feminina nesse nível de ensino para o desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico do país, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Há uma máxima conhecida por quem se preocupa com a situação das mulheres, mundialmente e no Brasil, que diz algo como: *Os direitos não são humanos sem os direitos das mulheres*. Uma interpretação possível dessa assertiva é de que será em vão, pois genérica, qualquer tentativa de educação para os direitos humanos sem precisar exatamente quais são as categorias que constituem os sujeitos dos direitos.

É sabido e amplamente utilizada a certeza quanto à inclusão das mulheres nos variados lócus prestigiosos para a construção de uma sociedade mais equitativa. Uma das áreas que mais proclama esse ideário é a educação, na qual se somam e se alinham estudos de gênero, feministas e variados movimentos sociais, sejam do campo da esquerda ou, ainda, de inspiração liberal.

Nas palavras de Bolzani:

Devemos nos empenhar firmemente para atuar no processo de desconstrução de uma cultura que trata meninas e meninos de forma diferente. É, sem dúvida, uma tarefa difícil, já que nós mulheres muitas vezes também incorporamos a visão de mundo

CARVALHO; AUAD

na qual a ideia de feminilidade está associada ao papel principal de cuidadora da família; na qual as meninas são “naturalmente” mais afeitas às carreiras das áreas de humanidades, por exemplo. Uma visão que, enquanto isso, estimula meninos a serem competitivos e a se exercitarem continuamente em jogos que desenvolvem a capacidade de raciocínio (Bolzani, 2017, p. 57).

Outras formas de percepção e análise desses números podem ser vislumbradas quando refletimos sobre os critérios para acessar recursos. Ao focalizar as relações entre as avaliações dos cursos de pós e a distribuição de bolsas a partir dessas avaliações, restam questionamentos acerca da diminuição ou do aumento das desigualdades. Como sabido, os Programas de Pós-Graduação com notas mais altas tendem a ter mais recursos, legitimidade e visibilidade, contando com número maior de bolsas de pesquisa para discentes, auxílios para publicações e missões internacionais, o que pode, em muitos casos, ser relacionado com análises que considerem as relações de gênero.

O acesso aos recursos é peça fundamental para promover ingresso e acesso, permanência e fruição, bem como circulação de saberes e produção de conhecimento. Esses fatores se mostram ainda mais relevantes se pensarmos neles como constituintes de ações afirmativas que tem como público-alvo, por exemplo, alunas negras, alunas transexuais, lésbicas, travestis e bissexuais, assim como alunas que se tornam mães e cuidam de bebês e crianças pequenas durante a graduação e ao longo dos cursos de Pós-graduação.

Com relação aos dados tabulados por áreas de conhecimento, observamos que as áreas tradicionalmente ocupadas por homens têm tido diminuição das matrículas de mulheres, aliás não apenas delas, mas uma diminuição dos números de matrículas em geral. Na obra organizada por Letícia de Oliveira e Tatiana Roque, intitulada *Mulheres na Ciência* temos alguns panoramas que corroboram com nossas reflexões. Ao refletirem sobre o que elas chamam de “teto de vidro” elas apresentam um panorama que descreve as barreiras invisíveis que limitam o avanço de mulheres a cargos de liderança científica. Considerando os números que observamos e descrevemos nas últimas páginas verificamos que as autoras também afirmam no mesmo diapasão:

Além da representatividade, também precisamos analisar a cultura científica. Ou seja, os hábitos e costumes da prática da ciência que excluem as mulheres. Existe um senso comum segundo o qual há carreiras mais femininas e outras mais masculinas, para as quais as mulheres não teriam vocação. Isso é tão presente na comunidade científica que, de fato, há mais mulheres em todas as carreiras relacionadas aos cuidados. Já nas áreas tidas como “mais duras”, como as exatas ou as engenharias, a predominância de homens salta aos olhos (Roque; Oliveira, 2024, p. 16).

Além disso,

Em paralelo à baixa representatividade das mulheres em esferas de prestígio da pesquisa acadêmica, discrepâncias acontecem em outras áreas do mercado de trabalho. Uma estimativa levada ao Fórum Econômico Mundial em 2016 é a de que apenas uma mulher consegue emprego em áreas de STEM para cada quatro homens. No campo da Inteligência Artificial (IA), segundo a Unesco, observa-se que, nos 20 países onde há maior concentração de Mulheres na Ciência empregados no setor, apenas 22% dos profissionais são mulheres. Uma lacuna em nível global que é ainda piorada quando o cenário é a América Latina e Caribe (Roque; Oliveira, 2024, p. 20).

Segundo Lombardi (2024) nesse mesmo sentido, teto de vidro (a autora também inclui a expressão ou metáfora, ao citar “piso pegajoso”) é a limitação do acesso feminino aos cargos de mais alto escalão das empresas e instituições, e reiteramos que mesmo que de fato existam algumas mulheres que estejam posicionadas no mercado de trabalho atual em boas funções, não podemos utilizar dessa condição como reforço negativo de uma realidade que sabemos, as mulheres em sua grande maioria, exercem atividades informais, precárias, ligadas prioritariamente ao cuidado, além de se manterem em sua grande maioria responsáveis também por toda rotina de afazeres domésticos e de cuidados com os filhos.

Considerações finais

Para o momento, os resultados obtidos na nossa pesquisa sugerem que as políticas de inclusão e expansão no ensino superior têm sido eficazes para aumentar a participação feminina nas pós-graduações. No entanto, as disparidades regionais ainda representam um desafio, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, conforme nos contam os dados coletados a partir da Plataforma Sucupira. Ao colocar como ideal nossas concepções nascentes de justiça acadêmica, justiça epistêmica e justiça científica, vislumbramos as políticas educacionais para o ensino superior como mecanismos que precisam de contínuo ajuste, aprimoramento e consideração de especificidades que expressem a cor local das variadas realidades brasileiras, no interior de cada região e entre as regiões. Pensar a respeito do aprimoramento para atender às diferenças regionais, de modo a respeitar inclusive saberes locais e militantes, pode assegurar que as desigualdades sejam reduzidas, que a evasão diminua e seja mantida a permanência nas salas de aula e laboratórios do ensino superior, a partir da fruição que precisa estar presente na graduação até a circulação de saberes que as pós-graduações demandam, sob forma de publicações e outras maneiras de divulgação que devolvam à sociedade o seu investimento nessas modalidades e níveis de ensino.

CARVALHO; AUAD

Com o presente texto – que também é expressão e fruto dos conceitos de justiça que elaboramos em tríade – colocamos nossa voz no coro de mulheres consideradas para reafirmar o aumento significativo, sobretudo nos últimos 10 anos, da presença das mulheres nos programas de pós-graduação, em todas as regiões do Brasil. Apesar das disparidades regionais, as tendências gerais são positivas e indicam um progresso contínuo na equidade de gênero, ao focalizar os fatores brevemente trazidos no presente texto.

Desta forma, não podemos deixar de refletir que embora a presença feminina no mercado formal tenha aumentado nas últimas décadas, elas ainda são predominantemente direcionadas para empregos com menos prestígio, menor remuneração e mais vulneráveis. Ainda nos dias atuais há segregação ocupacional, onde as mulheres tendem a ocupar posições em setores com salários mais baixos, como serviços e trabalhos domésticos, em vez de áreas altamente remuneradas como tecnologia e engenharia.

Além disso, podemos entender também que existe uma bifurcação no trabalho feminino que se manifesta, de um lado, uma maioria em posições precárias e mal remuneradas e, de outro, uma minoria que ocupa espaços de prestígio, mas ainda enfrentando limitações para avançar na hierarquia organizacional. Esse contexto amplia a compreensão do que as autoras acima citadas entendem como “teto de vidro”, pois evidencia que, mesmo em áreas tradicionalmente masculinas, mulheres frequentemente ficam restritas a posições subordinadas e enfrentam barreiras adicionais para ascender.

Não podemos deixar de discutir que a marginalização das mulheres em empregos melhores não é apenas uma questão de acesso, mas também de manutenção em posições seguras e bem remuneradas, refletindo um sistema que ainda privilegia homens em termos de mobilidade e estabilidade no mercado de trabalho.

Por fim, entendemos que há de se seguir acompanhando e analisando essas tendências e investigar os fatores que contribuem para as disparidades não só regionais como observado no trabalho em questão, mas também disparidades de acesso ao mercado de trabalho e manutenção das mulheres em cargos de trabalho com menos status, como forma de perpetuação da segregação de gênero. Tal análise tem por objetivo desenvolver políticas públicas ainda mais eficazes para promover inclusão e equidade no ensino superior. Mais mulheres nas Ciências são tão importantes quanto uma fazer científico que se livre do ranço misógino, não criando obstáculos às mulheres, as quais tem o direito de construir individual e coletivamente seu legado científico, o que beneficiará de variados modos toda gente e sociedade.

Referências

AUAD, Daniela. Educação para a democracia e co-educação: apontamentos a partir da categoria gênero. *Revista USP*, n. 56, p. 136-143, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33814>. Acesso em 10 de março de 2024.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia; ROSENO, Camila. SABERES DOCENTES FORA DO ARMÁRIO. Rio de Janeiro. NAU Editora. 2022. Disponível em: <https://naueditora.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Saberes-Docentes-Fora-do-Armario.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2024.

BOLZANI, Vanderlan da Silva. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Ciência e cultura**, v. 69, n. 4, p. 56-59, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%22Mulheres+na+Ci%C3%A3ncia%3A+Por+que+somos+t%C3%A3o+poucas%3F%22+de+M%C3%A1rcia+Barbosa&btnG= Acesso em: 10 de setembro de 2024.

GODINHO, Tatau (Org.), “Trajetória da mulher na educação brasileira 1996-2003 : versão preliminar,” Curadoria Enap. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/189> Acesso em 20 de junho de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e estados. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 01 de junho de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência IBGE notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 01 de junho de 2024.

LOMBARDI, Maria Rosa. GÊNERO E OS TRABALHOS DAS MULHERES: percursos de uma trajetória de pesquisa / Maria Rosa Lombardi, Maria Lúcia Vannuchi, Lúcia Villas Bôas (Orgs.). – São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2024. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc-livros/genero-e-os-trabalhos-das-mulheres> Acesso em: 20 de setembro de 2024.

ROQUE, Tatiana; OLIVEIRA, Letícia. MULHERES NA CIÊNCIA – o que mudou e o que ainda precisamos mudar. Oficina Raquel, 2024. Disponível em: <https://mulheresnaciencia.org/> Acesso em: 10 de setembro de 2024

SCOTT, Joan W. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica, in Educação e Realidade, n. 16, Porto Alegre, 1990, pp. 5-22.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 30/10/2024
Aprovado em: 28/04/2025